



ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR(A) PREGOEIRO (A)

**DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

PROCESSO SIAD: Nº 347/2023

UNIDADE: 1091012

PROCESSO SEI: Nº 19.16.3916.0162545/2023-77

MODALIDADE E FORMA: Pregão Eletrônico

TIPO: Menor Preço

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado

Referência: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de almoxarifado, compreendendo o controle logístico, o recebimento, o armazenamento, a guarda, o transporte (distribuição, transferência, movimentação e recolhimento), a montagem e desmontagem de bens, disponibilização conforme *layout*/projeto, o recolhimento de materiais de consumo e de bens permanentes, inclusive com disponibilização de *softwares* e outros recursos de gerenciamento por meio de tecnologia da informação (TI), para atendimento de todas as unidades do Ministério Público no Estado de Minas Gerais e seu escritório em Brasília/DF, pelo período de 24 meses.

AC TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ: 13.843.561/0001-02 com sede Rodovia DF-290, S/N, Gleba 24 Lote 1/4, Santa Maria –Distrito federal , CEP 72.578-000, neste ato representada pelo seu sócio administrador, vem muito respeitosamente à presença de Vossa Senhoria manifestar acerca dos últimos atos ocorridos no referido processo licitatório.



Conforme é possível verificar no decorrer do processo licitatório, além do momento do Recurso Administrativo e Contrarrazões, foi oportunizado as partes apresentar uma espécie de “alegações finais”.

Motivo pelo qual, a ora peticionaria, segunda colocada do pregão em epígrafe, entende ser de direito sua manifestação neste momento, o que passa a expor.

Conforme restará comprovado abaixo a empresa EXPRESSO MINAS FRIOS - LTDA não atende os requisitos do Edital, devendo assim ser inabilitada.

I – DA ÁREA DE ARMAZENAGEM DISPONIBILIZADA PELA LICITANTE

De acordo com o termo de referência, a CONTRATADA deverá disponibilizar para uso da CONTRATANTE um área interna de 3.983 m². Vejamos:

Dimensionamento de Estoque			
Setor	Posições Paleta	M ² Blocado	Módulos de Mini Porta Palletes
Consumo	145	0	0
Permanentes Novos	92	1.433	0
Permanentes Reaproveitamento	85	635	0
Manutenção	0	130	49
Total	322	2.198	49 módulos - 197 prateleiras
Qtde Considerada no Layout	332	2.312	72 módulos - 288 prateleiras
Obs.:	15% de ociosidade	41% - Ociosidade + Corredores	47% Ociosidade
Área total interna		3.983 m²	

Ocorre que, conforme fala da própria Licitante declarada vencedora em suas contrarrazões, a área por ela disponibilizado é de somente 2.598,75 m², confirmando a alegação da Recorrente, Simas Logística, que comprovou sua alegação através de uma tabela apresentada pelo próprio proprietário do imóvel. Vejamos:

CONDOMÍNIO DE GALPÕES - LOGCOMERCIAL PROPERTIES								
Galpão	Armazenagem (m ²)	1ºm 1º piso (m ²)	Mezanino (m ²)	Cobertura Docas (m ²)	Beiral Docas (m ²)	Total Parcial (m ²)	Fração Ideal (36)	Área Comum (m ²)
Galpão 01	G1 - Armazém 01A	2.598,75	0,00	170,63	156,97	68,25	0,03	28,64
	G1 - Armazém 01B	1.276,00	0,00	168,75	155,25	67,50	0,03	31,80
	G1 - Armazém 01C	1.362,69	91,10	168,75	94,90	43,54	0,04	34,64
	G1 - Armazém 02	4.488,71	91,10	306,25	405,40	178,54	0,11	111,54
	G1 - Armazém 03A	1.498,50	0,00	168,75	155,25	67,50	0,04	37,18
	G1 - Armazém 03B	1.501,01	0,00	167,76	155,25	67,50	0,04	37,21
	G1 - Armazém 03C	1.280,87	93,56	171,61	94,80	43,63	0,03	33,14
	total	12.467,93	275,76	1.522,11	1.117,62	536,46	0,32	315,14
Galpão 02	G2 - Armazém 01	2.598,75	89,29	358,13	258,45	119,75	0,05	52,60
	G2 - Armazém 02	2.598,75	89,29	358,13	258,45	119,75	0,05	52,60
	G2 - Armazém 03	2.598,75	89,29	358,13	258,45	119,75	0,05	52,60
	total	7.796,25	267,87	1.074,39	775,35	359,25	0,15	157,80
Galpão 03	G3 - Armazém 01	1.947,42	93,56	414,38	317,77	141,12	0,05	57,33
	G3 - Armazém 02	1.595,20	93,56	339,37	247,83	111,15	0,05	46,96
	G3 - Armazém 03	1.198,36	93,56	255,01	169,02	77,37	0,04	35,28
	G3 - Armazém 04	1.595,20	93,56	339,37	247,83	111,15	0,05	46,96
	total	6.336,18	370,24	1.348,13	982,45	440,79	0,19	186,52
Galpão 04	G4 - Armazém 01	2.132,63	93,57	453,75	354,55	156,89	0,06	62,78
	G4 - Armazém 02	2.132,63	93,57	453,75	354,55	156,89	0,06	62,78
	total	4.265,26	187,14	907,50	709,10	313,78	0,12	125,56
Galpão 05	G5 - Armazém 01	1.427,63	93,57	303,75	214,55	96,89	0,04	42,03
	G5 - Armazém 02	1.427,63	93,57	303,75	214,55	96,89	0,04	42,03
	total	2.855,26	187,14	607,50	429,10	193,78	0,08	84,05
Galpão 06	G6 - Armazém 01	898,88	93,57	191,25	109,55	51,89	0,03	26,46
	G6 - Armazém 02	898,88	93,57	191,25	109,55	51,89	0,03	26,46
	total	1.797,76	187,14	382,50	219,10	103,78	0,05	52,92
Galpão 07	G7 - Armazém 01	1.287,75	93,57	191,25	109,55	51,89	0,03	34,11



Verifica-se pela tabela acima que mesmo somando a parte administrativa, mezanino, cobertura das docas, beiral das docas, mais a fração ideal das áreas comuns não se chega à metragem exigida, alcançando apenas a metragem de 3.854,36 m², como se vê na última célula à direita dos números do “galpão G2 - Armazém 02”.

Motivo pelo qual, ante a confissão da Licitante Expresso Minas Frios, e a documentação apresentada pela Terceira colocada, Simas Logística, imperioso se faz a desclassificação da empresa declarada vencedora, por não atender as regras editalícias.

Não obstante a empresa declarada vencedora dizer em chat que possui metragem a maior que a informada em suas próprias contra razões e documentação apresentada de qualificação técnica, o momento oportuno de comprovação, leia-se vistoria do imóvel conforme preconiza o edital já fora superado. Logo não é mais possível a apresentação de área extra.

Mencionamos o fato também que se soubéssemos da possibilidade de apresentação de área menor que a solicitada em metro quadrado, nós teríamos apresentado proposta de preço mais vantajosa que a da própria empresa declarada vencedora e com isso todos os licitantes que levaram a sério o cumprimento das exigências do edital ficaram prejudicados caso o Ministério Público aceite esta manipulação da EMF.

II – DA **AUSÊNCIA** DE LAUDO DE VISTORIA VEICULAR EMITIDO PELA AUTORIDADE SANITÁRIA DO MUNICÍPIO

Destaca-se no título a palavra “ausência” para evidenciarmos que a empresa declarada vencedora simplesmente DEIXOU de apresentar documento requisitório para comprovar sua qualificação técnica, e mesmo assim logrou-se vencedora do pregão em epígrafe.

Tal exigência encontra-se evidente e cristalina no item 4.1.5 do “ANEXO III – Relação de Documentos Exigidos”. Lemos:

4 – Relativa à Qualificação Técnica:

4.1.5 – Apresentar Laudo de vistoria veicular emitido pela autoridade sanitária do município onde estiver a sede da empresa licitante para distribuir e transportar saneantes; (grifo nosso).

Verifica-se no disposto acima que “APRESENTAR” o referido Laudo não é uma discricionariedade do Licitante, e sim uma imposição, uma regra/exigência do Edital.

Ao não apresentar, o Licitante deixou de cumprir uma regra editalícia, devendo de pronto ser **desclassificado**.

Chega a ser cômica a alegação da Licitante declarada vencedora de que “**a ora Recorrida atende a Resolução SES/MG 5815**” e que tal resolução “**não exige tal documento para o alvará sanitário**”.



Ora, se esta é uma exigência do Instrumento Convocatório, não há que discutir a sua exigibilidade.

Caso a Recorrida não estivesse de acordo com tal exigência, deveria ter impugnado o Edital em momento oportuno, não o fazendo, não há que se falar em possibilidade ou não de apresentação da documentação exigida.

Desta forma, não tendo a Licitante apresentado todos os documentos exigidos no Edital, outra medida não há que a desclassificação da empresa Expresso Minas Frios – LTDA.

Neste sentido, vejamos recente entendimento do nosso Egrégio Tribunal de Justiça:

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO - DIREITO ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - MODALIDADE PREGÃO - EXIGÊNCIA DE DOCUMENTOS NO EDITAL DO CERTAME - **EMPRESA QUE NÃO APRESENTOU TODOS OS DOCUMENTOS** - ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE NOVO EDITAL SEM EXIGÊNCIA DOS DOCUMENTOS NÃO APRESENTADOS PELA PRIMEIRA COLOCADA - VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO DA SEGUNDA COLOCADA - SENTENÇA CONFIRMADA.

I. **Na hipótese em que a empresa que vence o pregão não apresenta todos os documentos exigidos no Edital, cabe a sua desclassificação**, com exame das ofertas subsequentes, na ordem de classificação, em obediência ao art. 4º, XVI da Lei 10.520/2002.

II. A anulação do processo licitatório para publicação de novo Edital, sem exigência dos documentos anteriormente exigidos e não apresentados pela empresa que apresentou menor preço, viola a isonomia, a impessoalidade, a moralidade e a supremacia do interesse público, **não podendo a municipalidade alterar as regras do edital de licitação de forma a beneficiar algum dos licitantes.**

III. Assim, mostra-se devida a desclassificação da primeira colocada e a habilitação da impetrante, por ser a próxima na ordem de classificação, desde



que cumpridos todos os requisitos editalícios. Sentença confirmada. (TJMG - Ap Cível/Rem Necessária 1.0144.17.000886-2/001, Relator(a): Des.(a) Carlos Roberto de Faria , 8ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 10/06/2021, publicação da súmula em 23/06/2021)

Ante o que acima fora exposto, requer desde já a desclassificação da Licitante declarada vencedora, sendo essa a única medida capaz de assegurar o Princípio da Segurança Jurídica neste processo licitatório.

III – DA APRESENTAÇÃO DE LICENÇA JUNTO A POLÍCIA CIVIL VENCIDA, COM AUTORIZAÇÃO SOMENTE DE TRANSPORTE, E COM ENDEREÇO DIVERGENTE DA SEDE DA EMPRESA

SUBSIDIARIAMENTE: APRESENTAÇÃO DE NOVO DOCUMENTO – PROIBIÇÃO LEGAL

De acordo com 4.1.2 do “ANEXO III – Relação de Documentos Exigidos”, para fins de comprovação de qualificação técnica, o Licitante deverá apresentar Licença junto a Polícia Civil, que autorize o transporte e armazenamento de produtos perigosos. *In verbis*:

4 – Relativa à Qualificação Técnica:

4.1.2 – Apresentar Licença junto a Polícia Civil, que autorize o transporte e **armazenamento** de produtos perigosos;



Neste tópico necessário citarmos **erros graves** tanto da Administração Pública, ora Ilmo. Ministério Público, quanto da empresa declarada vencedora.

De início devemos citar que a empresa declarada vencedora apresentou documentação **VENCIDA**. Senão vejamos:

POLICIA CIVIL DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INVESTIGAÇÃO DE CRIMES
CONTRA O MEIO AMBIENTE
DIVISÃO ESPECIALIZADA OPERACIONAL
Delegacia Especializada de Armas, Munições e Explosivos

LICENÇA DE ATIVIDADE DE EMPRESA

Número: 0112	Exercício 2022
--------------	----------------

Nome da Empresa: EXPRESSO MINAS FRIOS LTDA - EMF LOGÍSTICA
CNPJ: 05.151.326/0001-07
Inscrição Estadual: 067.206.304.00-86
Local de Atuação: MG
Endereço: AV. ENGENHEIRO DARCY NOGUEIRA DO PINHO, 3201, GALPÃO 07
MÓDULO 1 SALA OPERACIONAL
Bairro / Distrito: VILA CRISTINA
Município: BETIM
Estado: Minas Gerais
CEP: 32.675-515

Representante: EDUARDO DE ALMEIDA PIMENTA
Atividade: ATIVIDADES CONFORME C.R. EMITIDO PELO EXERCÍTO
BRASILEIRO: TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS.
Certificado de Registro: 321390
Responsável Técnico: KARLA FERNANDES ROCHA
Documento: CRF - 11128 / MG

Esta Licença é válida para o ano de exercício supramencionado, desde que apresentada em conjunto com Certificado de Registro emitido pelo Ministério da Defesa e o documento do responsável técnico válidos. Ficando sob a fiscalização desta repartição e sujeita as disposições regulamentares, comprometendo-se a apresentar a este Departamento, cópia do mapa mensal de movimentação dos produtos controlados, até o dia 10 (dez) de cada mês, acompanhado dos comprovantes de entrada e saída.

Belo Horizonte 01 de fevereiro de 2022.


Autoridade Policial.

E ainda TÃO GRAVE quanto sua validade, o **ENDEREÇO** **CONSTANTE NA LICENÇA É DIVERGENTE DA SEDE DA** **EMPRESA.**



Tais irregularidades já deveriam ser suficientes para desclassificar a Recorrida.

Mas como se não bastasse, a Recorrida apresentou uma licença que contempla somente o transporte, **E NÃO CONTEMPLA A ARMAZENAGEM.** Vejamos:

Representante: EDUARDO DE ALMEIDA PIMENTA
Atividade: ATIVIDADES CONFORME C.R. EMITIDO PELO EXÉRCITO
BRASILEIRO: **TRANSPORTE DE PRODUTOS QUÍMICOS.**
Certificado de Registro: 321390
Responsável Técnico: KARLA FERNANDES ROCHA
Documento: CRF - 11128 / MG

Porém de forma surpreendente, **sem qualquer previsão legal e editalícia**, foi oportunizado pelo Sr. Pregoeiro que a empresa apresentasse, posteriormente a fase de apresentação de documentos, documentação válida e no endereço correto.

Violando o Item 7.1 do Edital, que determina que a documentação de habilitação deve ser apresentada junto com a proposta, até a abertura da sessão pública.

Vejamos o que traz o instrumento convocatório acerca do tema:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

7. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS PELO SISTEMA

7.1. O licitante deverá encaminhar **concomitantemente os documentos de habilitação exigidos no Edital e a proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, exclusivamente por meio do site www.compras.mg.gov.br, até a data e o horário marcados para abertura da sessão pública, após o preenchimento do formulário eletrônico e "upload" dos documentos, com declaração em campo próprio do Portal de Compras – MG do cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital e seus anexos.

Ante o exposto é CRISTALINO o entendimento de que a documentação DEVERÁ ser apresentada CONCOMITANTEMENTE com a proposta, não sendo oportunizado outro momento para apresentação destes.

Causando enorme surpresa aos concorrentes, o Sr. Pregoeiro oportunizou que a Licitante apresentasse documentação válida posteriormente. Lemos:

Pregoeiro

para todos os lotes - 13/03/2024 15:24:22

Considerando o recente entendimento do Tribunal de Contas da União, via Acórdão 1.211/21, segundo o qual caso haja equívoco ou falha por parte do licitante (ou do sistema) acerca da juntada, antes da sessão inaugural de licitação, de documento que ateste condição preexistente, cabe ao(à) pregoeiro(a), realizar diligência, nos termos do art. 43, § 3º, da Lei n. 8.666/93, do art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), e do item 15.6 do edital promovendo o saneamento da documentação. Dessa forma,

SOLICITO AO LICITANTE F000166 o envio de documentos relativos à qualificação técnica, de acordo com o item 4 do anexo III do edital, já existentes à época da inclusão de sua proposta junto ao Portal de Compras MG, conforme manifestação da Unidade Gestora de Compras (UGC) referente a esse processo, a Divisão de Material (DIMAT) / DMAS / SLS, a seguir: Em resposta ao despacho 7001545, segue a manifestação da DIMAT sobre a documentação técnica habilitatória: 9.2.1. DOCUMENTOS QUE DEVERAO SER APRESENTADOS: (...) b) SOLICITA-SE A COMPLEMENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO, CONSTANTE DAS PÁGINAS 40 E 41, PARA QUE SEJA APRESENTADO A LICENÇA REFERENTE AO ANO DE 2024;. (Anexo VII Termo de Referência Item 9) (Anexo III Item 4)



Insta salientar que, ao contrário do que fora dito pelo Sr. Pregoeiro, **não** trata-se aqui de “**COMPLEMENTAÇÃO**” e sim de **APRESENTAÇÃO DE NOVO DOCUMENTO**.

Importante mencionar novamente, que a licença anterior, ao contrário dessa nova apresentada, não possuía autorização de ARMAZENAGEM. E ainda, esta nova licença foi expedida PARA OUTRO ENDEREÇO, ou seja, trata-se de uma **OUTRA LICENÇA**.

É INEGÁVEL ALEGAR que mesmo que se a licença estivesse válida, ela não cumpriria os requisitos do edital, por não possuir autorização para armazenagem, **sendo indiscutivelmente atividades completamente distintas**.

Com todo o respeito ao Sr. Pregoeiro, mas emissão de NOVA licença não é complementação de documentação “já existente à época da inclusão de sua proposta”, mesmo porque a nova licença abrange autorização que não era permitida na licença vencida, qual seja, armazenagem.

Para que possa ficar ainda mais clareado, vejamos quadro comparativo entre as duas licenças:

	LICENÇA ANO 2022	LICENÇA ANO 2024
ENDEREÇO DA EMPRESA AUTORIZADA:	Av. Engenheiro Darcy Nogueira do Pinho, nº3201, Galpão 07, Módulo 01 , Vila Cristina, Betim – MG.	Av. Engenheiro Darcy Nogueira do Pinho, nº3201, Galpão 02, Módulo 02 , Vila Cristina, Betim – MG.
ATIVIDADE AUTORIZADA:	Transporte de produtos químicos.	Transporte, Armazenagem de produtos químicos.



Nesta senda, conclui-se que trata-se de nova licença, e não somente de um renovação de licença anterior.

Portanto, é de clareza solar as regras do Edital segundo as quais os documentos de habilitação devem ser apresentados concomitantemente com a proposta, **podendo tão somente ser complementados ou esclarecidos por documentos complementares aos já apresentados** – não podendo apresentar novos documentos, tal qual ocorreu, **ferindo a Isonomia e o Devido Processo Legal.**

Tal restrição decorre de explícita previsão da Lei Geral de Licitações, que estabelece o seguinte:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;

§ 3º **É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.**



Disposições similares na nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133 de 2021:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - **complementação de informações** acerca dos **documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

E ainda, de acordo com o Decreto 10.024/2019:

Art 26. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

§ 9º Os **documentos complementares** à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e **já apresentados**, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38.

Necessário mencionar ainda que, a empresa Expresso Minas Frios - LTDA, no intuito de manipular a verdade juntou ao processo o protocolo de pedido de renovação da licença datado de janeiro de 2023, entretanto esse documento de nada se tem valia, por razões óbvias, posto que estamos em 2024!

Mas há de se mencionar também que mesmo que o protocolo fosse de 2024, esse não teria qualquer valia, também por razões óbvias, posto que **o Edital EXIGE a licença e não o protocolo de pedido de renovação.**



Ante o exposto, para que seja preservado o Devido Processo Legal, pugna-se desde já, para que seja revisto o ato do Sr. Pregoeiro que permitiu que a Licitante apresentasse documento NOVO, como se fosse complementação de documento já apresentado, tendo como consequência a desclassificação da empresa Expresso Minas Frios – LTDA.

IV – DA AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E O PATENTE DE DESCUMPRIMENTO AS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS

Numa análise da documentação apresentada pela licitante, é perfeitamente possível perceber a ausência de conformidade da documentação necessária para comprovação de sua qualificação técnica.

Assim prescreve a Lei 8.666/93:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Assim, após uma análise dos atestados de capacidade técnica apresentados, verificou-se que este não foram capazes de cumprir as exigências contidas no item 9.2.2 do Anexo VII – Termo De Referência.

4.1) Atestado Emitido Pela Empresa ORIENTE FARMACEUTICA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO - LTDA

De início podemos afirmar o que atestado é no mínimo incoerente.

Verifica-se que a empresa atesta que a Licitante, Expresso Minas Frios – LTDA, prestou um serviço de armazenamento de medicamentos e materiais médico-hospitalares em volume superior a 26.000 pallets”, no endereço antigo, qual seja, Av. Engenheiro Darcy Nogueira do Pinho, no3201, **Galpão 07, Módulo 01**, Vila Cristina, Betim – MG.

Entretanto, conforme tabela fornecida pelo proprietário do imóvel onde a empresa Licitante exercia suas funções, a área possuía somente 1.287,66 m².

		Área Coberta	Área Útil	Área Total	Área Total	Área Total	Área Total	Área Total	Área Total	Área Total
Galpão 06	G6 - Armazém 01	898,88	93,57	191,25	109,55	51,89	1.345,14	0,03	26,46	1.371,60
	G6 - Armazém 02	898,88	93,57	191,25	109,55	51,89	1.345,14	0,03	26,46	1.371,60
Galpão 07	G7 - Armazém 01	1.287,75	93,57	191,25	109,55	51,89	1.734,01	0,03	34,11	1.768,12
TOTAL		33.283,40	1.377,13	8.283,13	4.350,07	2.030,33	49.370,14	1,00	973,11	50.343,25
	Refeitório/adm	634,31								
	Portaria	297,08								
	Área Motoristas	43,72								
	TOTAL ÁREA COMUM	975,11								

É humanamente impossível alegar que um imóvel de 1.287,76 m² comporta 26 mil posições pallets.



Em suas contrarrazões a empresa Licitante alega que a volumetria de 26 mil posições é ao longo de todo o contrato, e que podem comprovar o serviço prestado “mediante o envio de notas fiscais de entradas e saídas de mercadorias”.

Ante o exposto, tendo em vista que a própria licitante não se opõe a apresentação das notas fiscais, **requer desde já, que Vossa Senhoria realize a diligência para que a empresa apresente as todas notas fiscais dos serviços prestados durante o período informado, e também as notas fiscais de entrada e saída dos produtos, com os CFOP's correspondentes referente os serviços prestados para a empresa Oriente Farmacêutica.**

4.2) Demais Atestados Apresentados

Conforme depreende-se do item 9.2.2 do Anexo VII – Termo De Referência, o Licitante deverá demonstrar um mínimo de “50% do quantitativo dos serviços que se pretende contratar”. Qual seja:

“Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento de almoxarifado, compreendendo o controle logístico, o recebimento, o armazenamento, a guarda, o transporte (distribuição, transferência, movimentação e recolhimento), a montagem e desmontagem de bens, disponibilização conforme layout /projeto, o recolhimento de materiais de consumo e de bens permanentes, inclusive com disponibilização de softwares e outros recursos de gerenciamento por meio de tecnologia da informação (TI), para atendimento de todas as unidades do Ministério Público no Estado de Minas Gerais e seu escritório em Brasília/DF , pelo período de 24 meses” (Edital da Licitação n. 347/2023 da Diretoria de Gestão de Compras e Licitações do Ministério Público do Estado de Minas Gerais).

Em análise aos atestados apresentados, pode-se veridicar que em nenhum deles há em seu escopo comprovação da aptidão da empresa Expresso Minas



Frios-LTDA, nos serviços que ora se licita. Sendo ausentes as seguintes comprovações:

- a **montagem e desmontagem** de bens;
- **recolhimento de materiais de consumo e de bens permanentes**;
- o transporte e o armazenamento de **produtos perigosos**;
- o transporte de **produtos químicos**;
- a distribuição, o **transporte e a armazenagem de saneantes**, de domissanitários e de produtos alimentícios.

Ora, dos 06 atestados apresentados pela empresa Licitante, nenhum deles traz em seu escopo os serviços que serão contratados pelo Ilmo. Ministério Público. **Em nenhum deles cita a montagem e desmontagem de bens ou o recolhimento de materiais.**

Se o Edital é claro de que os atestados precisam **ter quantitativo mínimo de 50% do quantitativo dos serviços que se pretende contratar**, como pode ter sido a empresa Expresso Minas Frios – LTDA, ter sido declarada vencedora do presente certame?

Os atestados apresentados somente comprovam aptidão em armazenagem e transporte de medicamentos, o que em NADA SE ASSEMELHA COM O OBJETO ORA LICITADO.

Imperioso ressaltar que, a exigência de quantitativo mínimo de 50% do quantitativo dos serviços que se pretende contratar, vai de acordo com a legislação específica, bem como de acordo com entendimento pacificado do Tribunal de

Contas da União, de que a exigência técnico-operacional deverá se limitar a 50% do objeto contratado. Vejamos o que dispõe o Plenário da Corte de Contas:

“(…) 18. Não é demais rememorar que a jurisprudência desta Corte, em regra, é conservadora no sentido de que a exigência técnico-operacional se limite a 50% do objeto contratado. **Ou seja, caso o objeto seja dimensionado para cem postos de trabalho, as exigências editalícias devem se limitar a cinquenta postos.** (...)” (TCU, Acórdão nº 2.387/2014, Plenário, Rel. Ministro Benjamin Zymler, j. em 10.09.2014)

Ademais, insta ressaltar uma outra GRAVE VIOLAÇÃO AO EDITAL, além de **nenhum deles contemplarem o objeto licitado, eles não trazem em seu corpo o período de prestação de serviço**, senda esta uma REGRA CLARA do Edital presente no item 9.2.2, subitem a.5.4) período de prestação dos serviços. Concluindo assim que estes já trazem vício insanável em seu nascedouro. *In verbis*:

9.2.2 – ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA EXIGIDO:

a.5.4) período de prestação dos serviços;

Sem a referida periodicidade, torna-se impossível que a Administração Pública verifique de fato em quanto tempo os serviços alegados foram prestados, e se foi no tempo compatível com o objeto ora licitado.

Dessa forma, a referida ausência por si só já anula a validade do atestado emitido.

A Polícia Federal (PF) desmantelou nessa quarta (9) uma organização criminosa, com conexão em Minas, suspeita de ter desviado verbas da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobras), estatal vinculada ao Ministério da Saúde.

Ao todo, 59 mandados judiciais foram cumpridos em Pernambuco, Minas, Piauí, Paraíba e São Paulo.

No município de Betim, na região Metropolitana de Belo Horizonte, o alvo da operação Pulso foi a empresa Expresso Minas Frio (EMF), suspeita de abocanhar contrato superfaturado com a Hemobras.

Conforme o Hoje em Dia apurou com fontes da investigação, a empresa mineira ganhou R\$ 8 milhões para armazenamento de plasma. O contrato anterior, no entanto, era de R\$ 800 mil. Por meio de nota, a Hemobras informou "que a empresa está colaborando com as investigações". Frisou também que as ações da operação Pulso da PF "não atrapalham o funcionamento da empresa nem o cumprimento dos seus prazos já estabelecidos na entrega de medicamentos em todo o território nacional".

VI – DA VISTORIA TÉCNICA

Inicialmente, impugna-se a vistoria técnica realizada, não só pelo fato de os Licitantes terem sido impedidos de participarem, mas principalmente pelo



software apresentado no momento da vistoria, não ter sido o mesmo apresentado na prova de conceito.

Conforme será discorrido abaixo, o sistema de tecnologia de informação de gerenciamento apresentado na vistoria técnica realizada, não foi o mesmo software apresentado na prova de conceito realizada posteriormente a visita técnica. Sendo algo no mínimo constrangedor a comissão de licitação aceitar tal disparate.

Ora, a vistoria técnica fora feita em cima de uma ILUSÃO, pois tudo que se viu pessoalmente, não será utilizado de fato pela Licitante.

Tal fato é EXTREMAMENTE GRAVE, pois impossibilita inclusive que os demais participantes do pregão impugnarem o software apresentado.

Ademais, **tal fato comprova que a Licitante não cumpriu com a exigência do *check list***, e, sem qualquer pudor, tentou ludibriar os Ilmos. Servidores do Ministério Público, no tocante a utilização do sistema WMS.

É completamente coerente alegar que no tocante ao sistema WMS o *check list* resta-se VICIADO, posto ter sido feito em cima de um sistema que não será usado no contrato.

O correto seria a apresentação do sistema WMS conforme às exigências do edital e do *check list*, sendo este o sistema a ser testado **e validado na prova de conceito de software**.

Somado ao fato acima exposto, as fotos anexadas no laudo de vistoria não foram capazes de comprovar o estrito cumprimento as demais exigências editalícias. Sendo impossível impugnar (ou não) se as exigências contidas no Edital



foram de fato cumpridas e ainda não destinou área exclusiva para a operação do Ministério Público conforme exigido em edital. É facilmente perceptível pelas fotos apresentadas que a área apresentada possui outros clientes instalados.

VII – DA PROVA DE CONCEITO

Conforme acima citado, absurdamente, a prova fora realizada em cima de um software que não foi o mesmo apresentado na vistoria técnica.

O Sr. Pablo Bonela, consultor de tecnologia do MPMG, perguntou se o sistema verificado naquele instante era o mesmo que havia sido mostrado pela Licitante durante a vistoria anteriormente realizada (aproximadamente aos 12 minutos de transmissão da videoconferência). E, o representante da Licitante, Sr. Rodrigo, negou, **reconhecendo que se tratava de um sistema novo**, que não havia sido apresentado durante a vistoria e **que ainda não estava sendo empregado pela empresa**.

Mesmo diante dessa informação importantíssima, na qual, entendemos que deveria ter sido suspensa a prova de conceito, essa prosseguiu.

Com todo respeito nutrido pelo Ilmo. Ministério Público, o que a Licitante fez foi um desrespeito com os Senhores.

Como é possível garantir que o software apresentado por um terceiro é de fato da empresa Licitante? Sendo que nem ela foi capaz de apresentá-lo?



Uma demonstração rasa, apresentada por uma pessoa que NÃO TEM RELAÇÃO QUALQUER COM A LICITAÇÃO supracita, e no mínimo desrespeitoso.

Ademais, insta salientar que o software foi apresentado por um terceiro, SEM QUALQUER RELAÇÃO LEGAL com a Licitante.

Este terceiro não é um preposto da Licitante, e sim um fornecedor. Como pôde ter ele presidido uma prova de conceito de uma licitação a qual não faz parte?

Ou seja, nada do que ele disse o vincula a possível Contratada, bem como ao Contratante, ora Ministério Público. Caso tenha dito ou mostrado algo que não contempla de verdade o software apresentado, não recairá sobre ele ou a Licitante nenhuma responsabilidade, posto que, o representante do fabricante não se submete as regras editalícias, tampouco ao seu cliente, ora licitante declarada vencedora.

O que surpreende mais uma vez é que a prova tenha continuado!

Frisa-se que, com a apresentação tendo sido feita por um terceiro, o Ministério Público não pôde aferir SEQUER se a Licitante detinha do conhecimento do software.

Ademais, frisa-se, que a prova de conceito fora realizada de maneira genérica. Parecendo mais com uma apresentação superficial, e não com conhecimento aprofundado, conforme requerido no Edital.

A única conclusão que se pode chegar é que a Licitante detinha conhecimento do software apresentado na vistoria técnica e NENHUM CONHECIMENTO do software apresentado na prova de conceito, motivo que fez com que seus representantes ficassem todo o tempo calados.

Por fim, conforme trazido no recurso da empresa Simas Logística, ratifica nesta peça a violação da Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA RDC n. 430, de 8 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e de Transporte de Medicamentos, o que por si só já deveria ser motivo de desclassificação, tendo em vista os ditames do que o edital prescreve:

4.1.4 – A empresa licitante deverá obedecer à normatização específica e/ou procedimentos particulares emitidos pelo Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA, entre outros, apresentando as seguintes comprovações:

Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA RDC n. 430, de 8 de outubro de 2020

“Art. 40. Equipamentos e sistemas informatizados devem ser qualificados e validados antes do seu uso ou depois de qualquer mudança considerada significativa. Parágrafo único. A análise de risco pode ser utilizada como ferramenta para dispensa da necessidade de qualificação e validação dos equipamentos que não possuam contribuição significativa para com a qualidade”.

Diante de todos os absurdos ocorridos durante a prova de conceito, diante da falta de respeito da Licitante em apresentar um software diverso do apresentado na vistoria técnica, e ainda tendo em vista que a prova de conceito fora apresentada

por um terceiro, **pugna-se pela anulação da prova de conceito, e também pela anulação da vistoria técnica realizada**, para que seja feita nova vistoria e nova prova de conceito, estritamente dentro dos ditames do Edital, assegurando assim os direitos VIOLADOS dos demais Licitantes, e da mesma forma, assegurando os Princípios da Legalidade, da Segurança Jurídica, da Isonomia e da Vinculação ao Instrumento Convocatório.

CONCLUSÃO

Isto posto, após uma análise criteriosa da documentação acostada aos autos, bem como em respeito aos princípios e normas que regem o direito das licitações, resta impossível a manutenção da habilitação da licitante EXPRESSO MINAS FRIOS - LTDA.

Ficou amplamente demonstrado que a Licitante deixou de atender itens fundamentais do Edital, não conseguindo comprovar a sua capacidade para executar o contrato.

Isso tudo demonstra que manter a licitante habilitada é certo prejuízo para Administração, pois se mostrou incapaz de executar o contrato, não atendendo as demandas da Administração externadas no instrumento convocatório.

Nesse sentido o grande ensinamento do Superior Tribunal Federal, ao prever que:

“Enunciado da Súmula 473 a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de

conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

Importa ressaltar que a Lei de Improbidade Administrativa é clara ao disporem seu art.11:

Art.11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:

*V - **frustrar, em ofensa à imparcialidade,** o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de **procedimento licitatório**, com-vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros;*

Sendo assim, por todos os fatos e fundamentos demonstrados nesta peça de recurso, espera e acredita na imediata inabilitação da empresa declarada vencedora.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, sob pena de quebra dos Princípios da Legalidade, Isonomia e da Moralidade, **além da desconsideração dos documentos novos juntados na etapa de diligências**, requer-se a **DESABILITAÇÃO** da empresa declarada vencedora por não ter cumprido as exigências editalícias, conforme amplamente discorrido nesta peça.

Por derradeiro requer a concessão de efeito suspensivo a presente peça.

Em remota hipótese, caso este Ilmo. Pregoeiro opte por manter sua decisão, pugna-se para que seja devidamente motivada a decisão tomada,



devendo o julgador apontar os fundamentos de direito e de fato, conforme determinado pelo Princípio da Motivação dos Atos e Decisões Administrativas.

Nestes termos,

Pede e aguarda deferimento.

Santa Maria-DF, 05 de Abril de 2024.

ANNA CAROLINA
ALVES
PERES:01962556190

Assinado de forma digital
por ANNA CAROLINA
ALVES PERES:01962556190
Dados: 2024.04.05 11:16:10
-03'00'

ANNA CAROLINA ALVES PERES
RG:5020234 SSP-GO
CPF:019.625.561-90

ENC: mensagem para o chat Pregão 347/2023

Diretoria de Compras e Licitacoes <dgcl@mpmg.mp.br>

Sex, 05/04/2024 14:21

Para:Sebastiao Nobre da Silva <nobre@mpmg.mp.br>

Cc:Simone de Oliveira Capanema <scapanema@mpmg.mp.br>;Lilian de Campos Mendes <lcampos@mpmg.mp.br>;

Amarilis Assis Simao Curcio <amarilis@mpmg.mp.br>

 1 anexos (2 MB)

recurso mp assinado.pdf;

Encaminhando para providências.

Atenciosamente,



Diretoria de Gestão de Compras e Licitações

Avenida Álvares Cabral 1740, 6º andar

Belo Horizonte - MG

CEP: 30170-008 - Tel.: (31) 3330-8307

De: gerencia@johnnytransportes.log.br <gerencia@johnnytransportes.log.br>

Enviado: sexta-feira, 5 de abril de 2024 11:30

Para: Diretoria de Compras e Licitacoes <dgcl@mpmg.mp.br>

Cc: romulomsjr@gmail.com <romulomsjr@gmail.com>; adm.go@johnnytransportes.log.br <adm.go@johnnytransportes.log.br>

Assunto: ENC: mensagem para o chat Pregão 347/2023

Bom dia!

Segue em anexo Recurso Administrativo, visto que não conseguimos em momento algum manifestar através do chat.

Att:

Anna Carolina Alves Peres Peres

(62) 99908-0275